

João Antonio Barbieri Sulla

AMICUS CURIAE **TRIDIMENSIONAL**

**ANÁLISE E PERSPECTIVAS NO
NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL**

Curitiba
Juruá Editora
2018

Visite nossos sites na Internet
www.jurua.com.br e
www.editorialjurua.com
 e-mail: editora@jurua.com.br

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Jurua Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

ISBN: 978-85-362-8118-6



Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900
 Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –
 Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

Editor: José Ernani de Carvalho Pacheco

Sulla, João Antonio Barbieri.

S949 *Amicus curiae* tridimensional: análise e perspectivas no Novo Código de Processo Civil./ João Antonio Barbieri Sulla./ Curitiba: Jurua, 2018.
 364p.

1. *Amici curiae*. 2. Processo civil. 3. Código de Processo Civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)
 CDU 347.9

000058

112 2383

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1 – ORIGEM HISTÓRICA DO <i>AMICUS CURIAE</i>	19
1.1 DA ORIGEM CONTROVERTIDA DO INSTITUTO	19
1.2 DA ORIGEM ROMANA	20
1.3 DA ORIGEM INGLESA	22
1.4 COMPARAÇÃO ENTRE AS ORIGENS ROMANA E INGLESA	27
2 – NOTAS SOBRE O <i>AMICUS CURIAE</i> NA <i>COMMON LAW</i> E <i>CIVIL LAW</i>	31
2.1 DA <i>COMMON LAW</i>	31
2.2 DA TRANSPOSIÇÃO DO <i>AMICUS</i> DA <i>COMMON LAW</i> PARA A <i>CIVIL LAW</i>	34
2.2.1 Considerações Gerais	34
2.2.2 Das Diferenças entre os Sistemas	35
2.2.2.1 Da diferença sistemática (1): poderes instrutórios do juiz	37
2.2.2.2 Da diferença sistemática (2): a “tradicional” inexistência do <i>amicus curiae</i> na <i>civil law</i>	40
2.2.3 Conclusões sobre a Transposição do <i>Amicus Curiae</i> para a <i>Civil Law</i>	41
2.3 DA <i>COMMON LAW</i> , CONTINUAÇÃO: A TRANSPOSIÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i> INGLÊS PARA O SISTEMA JURÍDICO NORTE-AMERICANO	42
2.4 CONTINUAÇÃO: O DESENVOLVIMENTO DO <i>AMICUS CURIAE</i> NOS ESTADOS UNIDOS	46
2.5 DAS CARACTERÍSTICAS DO <i>AMICUS CURIAE</i> NOS ESTADOS UNIDOS	60
2.5.1 Da Dificuldade em Regular o <i>Amicus Curiae</i> . O <i>Adversary System</i> e a Natureza do <i>Amicus Curiae</i>	60
2.5.2 Os Três Estágios da Participação do <i>Amicus Curiae</i> na USSC	69
2.5.3 Dos Modos de Intervenção (Espontânea e Provocada)	71
2.5.4 Da Matéria Relevante	72
2.5.5 Da Necessidade de Anuência das Partes	73
2.5.6 Quem Pode Ser <i>Amicus Curiae</i>	77
2.5.6.1 <i>Amicus curiae</i> governamental	80

2.5.6.2	Grupos de interesse.....	85
2.5.7	Interesse Processual do <i>Amicus Curiae</i>	91
2.5.7.1	Interesse público.....	94
2.5.7.2	Interesse privado.....	96
2.5.7.3	Interesse irrelevante.....	98
2.5.8	Dos Poderes do <i>Amicus Curiae</i>	100
2.5.9	<i>Amicus Curiae</i> em Tribunais Locais.....	108
2.5.10	Conclusões sobre a Regulamentação do <i>Amicus Curiae</i> nos Estados Unidos.....	113
3 –	DO AMICUS CURIAE NO DIREITO BRASILEIRO E SUAS FUNÇÕES	117
3.1	FUNÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DA DECISÃO.....	121
3.2	FUNÇÃO DE COLABORAÇÃO.....	123
3.3	FUNÇÃO DEMOCRÁTICA, DE INCLUSÃO OU DE PLURALIZAÇÃO DOS DEBATES.....	124
3.4	FUNÇÃO INFORMACIONAL (TEORIA INFORMACIONAL).....	127
3.4.1	Função Informacional (1): Argumentos Novos.....	128
3.4.2	Função Informacional (2): Argumentos para Reforçar a Posição de Uma das Partes.....	129
3.4.3	Função Informacional (3): Informar os Efeitos das Decisões.....	131
3.4.4	Função Informacional (4): Indicação de Casos Importantes.....	132
3.5	FUNÇÃO DE BARÔMETRO SOCIAL (TEORIA DOS GRUPOS AFETADOS E ‘ME TOO BRIEFS’)......	133
3.6	PROCESSO DE TOMADA DE DECISÃO.....	136
3.6.1	Modelo Legal.....	137
3.6.2	Modelo Atitudinal.....	138
3.6.3	Modelo dos Grupos de Interesse.....	141
3.6.4	Conclusão sobre os Modelos de Tomada de Decisão.....	143
3.7	FUNÇÃO DE INFLUENCIAR (1).....	144
3.8	FUNÇÃO DE INFLUENCIAR (2): O PRESTÍGIO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	147
3.9	FUNÇÃO DE <i>LOBBYING</i> E LITÍGIO ESTRATÉGICO.....	148
4 –	DA NATUREZA JURÍDICA DO AMICUS CURIAE NO BRASIL	155
4.1	DA NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> , OS CONCEITOS DE PARTE E TERCEIRO.....	155
4.2	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (1): TERCEIRO.....	158
4.3	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (2): ASSISTENTE.....	163
4.3.1	Das Diferenças entre o Assistente e o <i>Amicus Curiae</i>	166
4.3.1.1	Do caráter espontâneo ou provocado da intervenção.....	166
4.3.1.2	Da repercussão social.....	168
4.3.1.3	Do agir contra os interesses do assistido.....	169
4.3.1.4	Da qualidade do interesse jurídico.....	170

4.3.2	Conclusão (1): Dos Interesses Semelhantes.....	176
4.3.3	Conclusão (2): Da Convivência de Ambas as Figuras.....	179
4.4	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (3): <i>CUSTOS LEGIS</i>	180
4.4.1	Das Diferenças entre o <i>Custos Legis</i> e o <i>Amicus Curiae</i>	184
4.4.1.1	Da obrigatoriedade da intervenção.....	184
4.4.1.2	Do papel fiscalizador.....	186
4.4.1.3	Do conhecimento técnico e especializado	186
4.4.1.4	Do interesse do <i>custos legis</i>	187
4.4.1.4.1	Indisponibilidade subjetiva.....	190
4.4.1.4.2	Indisponibilidade objetiva.....	194
4.4.1.5	Conclusões sobre o interesse do <i>custos legis</i> em face do <i>amicus curiae</i>	195
4.4.2	Conclusão (1) da Proximidade entre as Figuras.....	199
4.4.3	Conclusão (2) da Convivência de Ambas as Figuras.....	200
4.5	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (4): AUXILIAR DO JUÍZO	203
4.6	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (5): PERITO	205
4.6.1	Das Diferenças entre o Perito e o <i>Amicus Curiae</i>	206
4.6.1.1	Da falta de regulamentação legal pormenorizada.....	206
4.6.1.2	Da qualidade do sujeito que intervém	206
4.6.1.3	Da falta de honorários do <i>amicus curiae</i>	206
4.6.1.4	De ser o perito pessoa de confiança do juiz.....	207
4.6.1.5	Do aporte de elementos jurídicos pelo <i>amicus curiae</i>	209
4.6.1.6	Da não comprovação, mas apenas opinião do <i>amicus curiae</i> ..	210
4.6.2	Conclusões sobre o <i>Amicus Curiae</i> e o Perito	211
4.7	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (6): MEIO DE PROVA.....	214
4.8	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (7): PROCEDIMENTO.....	216
4.9	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (8): GARANTIA INSTITUCIONAL.....	217
4.10	DAS HIPÓTESES SOBRE A NATUREZA JURÍDICA DO <i>AMICUS CURIAE</i> (9): O <i>AMICUS CURIAE</i> TRIDIMENSIONAL (AS MÚLTIPLAS NATUREZAS DO <i>AMICUS CURIAE</i>).....	218

5 –	DO PROCEDIMENTO DO <i>AMICUS CURIAE</i> NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	227
5.1	DOS PODERES DO <i>AMICUS CURIAE</i> EM JUÍZO.....	227
5.1.1	Apresentação de Memoriais.....	228
5.1.2	Sustentação Oral	235
5.1.3	Instrução Processual	240
5.1.4	Poderes Recursais.....	244
5.1.5	Conclusão sobre os Poderes Recursais	251

5.2	DO PODER DE RECORRER DA DECISÃO QUE INADMITTE O <i>AMICUS CURIAE</i>	254
5.2.1	Conclusão sobre a Possibilidade de Recurso da Decisão que Inadmitte o <i>Amicus Curiae</i>	263
5.3	HÁ DEVER DO JUIZ EM APRECIAR OS ARGUMENTOS DO <i>AMICUS CURIAE</i> ?	265
5.4	DO PROCEDIMENTO	271
5.4.1	Da Intervenção Espontânea ou Provocada	271
5.4.2	Da Admissibilidade em Contraditório.....	275
5.4.3	Do Momento da Intervenção.....	279
5.4.4	Do Prazo	286
5.4.5	Da Alteração ou Deslocamento de Competência	290
5.4.6	Da Necessidade de Representação por Advogado	298
5.4.7	Das Custas Processuais e Sucumbência	302
5.4.8	Da Coisa Julgada e Justiça da Decisão.....	308
5.5	QUEM PODE SER <i>AMICUS CURIAE</i> ?	317
6 –	DOS REQUISITOS ESPECÍFICOS PARA A INTERVENÇÃO DO <i>AMICUS CURIAE</i>	321
6.1	DA REPRESENTATIVIDADE ADEQUADA.....	321
6.1.1	Interesse Institucional e Possibilidade de Contribuir	321
6.1.2	Reunião de Porção Significativa de Filiados ou Membros.....	324
6.1.3	Poder Ser Afetado pela Decisão.....	325
6.1.4	Representatividade como Critério Aberto a Ser Definido	325
6.1.5	Representatividade Adequada é Incompatível com o <i>Amicus Curiae</i>	326
6.1.6	Conclusões sobre a Representatividade Adequada	326
6.2	DA REPERCUSSÃO SOCIAL DA CONTROVÉRSIA, RELEVÂNCIA DA MATÉRIA E ESPECIFICIDADE DO TEMA OBJETO DA DEMANDA	328
6.2.1	Relevância da Matéria.....	329
6.2.1.1	Pertinência temática e interesse do <i>amicus curiae</i>	329
6.2.1.2	Interesses sociais que transcendem o processo	330
6.2.1.3	Da conveniência do magistrado.....	331
6.2.2	Repercussão Social da Controvérsia	332
6.2.3	Especificidade do Tema Objeto da Demanda	332
6.2.4	Conclusão (1) os Requisitos Especificadamente e Admissão do <i>Amicus</i> pelo Juiz.....	333
6.2.5	Conclusão (2) os Requisitos Objetivos Diante das Naturezas Jurídicas do <i>Amicus Curiae</i>	335
	CONCLUSÃO	339
	REFERÊNCIAS	345
	ÍNDICE REMISSIVO	353